



# **RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.**

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas  
Referentes aos Períodos de Três e de Seis Meses findos  
em 30 de junho de 2021 e  
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais





## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Rio Paranapanema Energia S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade *IAS 34 -Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade ISPE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paranapanema Energia S.A.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

*Adriano Formosinho Correia*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/0-5

  
Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1EA029904/0-5

**Sumário**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais .....	2
Desempenho econômico-financeiro .....	6
<b>Principais indicadores .....</b>	<b>6</b>
<b>Receita .....</b>	<b>6</b>
<b>Custos e despesas operacionais .....</b>	<b>7</b>
<b>Ebitda e margem Ebitda .....</b>	<b>8</b>
<b>Resultado financeiro .....</b>	<b>9</b>
<b>Endividamento .....</b>	<b>9</b>
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>10</b>
<b>Informações trimestrais - ITR .....</b>	<b>11</b>
<b>Balanços patrimoniais .....</b>	<b>11</b>
<b>Balanços patrimoniais .....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do resultado .....</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do resultado .....</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente .....</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa .....</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado .....</b>	<b>18</b>
<b>Notas explicativas da Administração .....</b>	<b>19</b>
1. Informações gerais .....	19
2. Apresentação das informações trimestrais - ITR .....	24
3. Principais práticas contábeis .....	25
4. Gestão de riscos do negócio .....	25
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas .....	28
6. Clientes .....	29
7. Tributos a recuperar/recolher e diferido .....	30
8. Depósitos judiciais .....	32
9. Investimentos .....	32
10. Imobilizado .....	33
11. Intangível .....	35
12. Fornecedores .....	37
13. Encargos setoriais .....	37
14. Debêntures .....	38

15. Provisões para riscos .....	40
16. Dividendos .....	42
17. Juros sobre o capital próprio .....	42
18. Partes relacionadas .....	42
19. Patrimônio líquido .....	43
20. Receita operacional líquida .....	44
21. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede .....	44
22. Resultado financeiro .....	45
23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido .....	46
24. Lucro por ação .....	47
25. Instrumentos financeiros .....	47
26. Seguros .....	47
27. Transações não caixa .....	48
28. Compromissos .....	48
29. Eventos subsequentes .....	48
<b>Declaração da Diretoria .....</b>	<b>50</b>
<b>Membros da Administração .....</b>	<b>51</b>

## Desempenho econômico-financeiro

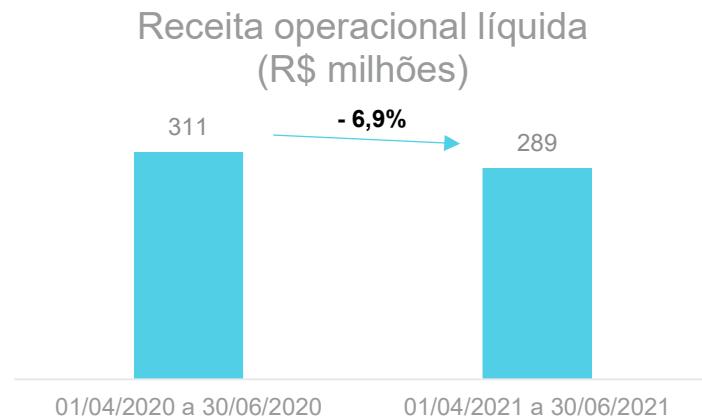
### Principais indicadores

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	331.759	353.569	-6,2
Outras receitas	207	198	4,5
(-) Deduções à receita operacional	(42.541)	(42.729)	-0,4
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>289.425</b>	<b>311.038</b>	<b>-6,9</b>
(-) Custos e despesas operacionais	(220.690)	(189.551)	16,4
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>68.735</b>	<b>121.487</b>	<b>-43,4</b>
Ebitda	140.651	176.166	-20,2
Margem Ebitda - %	48,6%	56,6%	-8 p.p.
Resultado financeiro	(62.539)	(28.609)	118,6
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.196</b>	<b>92.878</b>	<b>-93,3</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>4.401</b>	<b>61.671</b>	<b>-92,9</b>
Margem líquida - %	1,5%	19,8%	-18,3 p.p.
<b>Quantidade de ações</b>			
Ações em circulação	94.433	94.433	-
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação</b>	<b>0,04660</b>	<b>0,65307</b>	<b>-92,9</b>

O segundo trimestre de 2021 se mostrou igualmente desafiador em termos de resultado para a Companhia. O Brasil e a Região Sudeste estão enfrentando uma das piores crises hídricas da história que, mesmo com todas as ações implementadas visando a mitigação de parte dos efeitos, vem impactando negativamente a Margem Bruta (Receita Líquida reduzida dos custos de Compra de Energia) da Companhia que tem suas operações 100% no mercado livre e, consequentemente, exposta aos efeitos do risco hidrológico (GSF).

### Receita

A Companhia apresentou uma queda de 6,9%, ou R\$ 21,6 milhões na receita operacional líquida, em razão principalmente de um menor volume liquidado no mercado livre e no mercado de curto prazo em relação ao 2º trimestre de 2020. Essa redução está relacionada principalmente à piora no cenário hidrológico na comparação entre os dois trimestres.



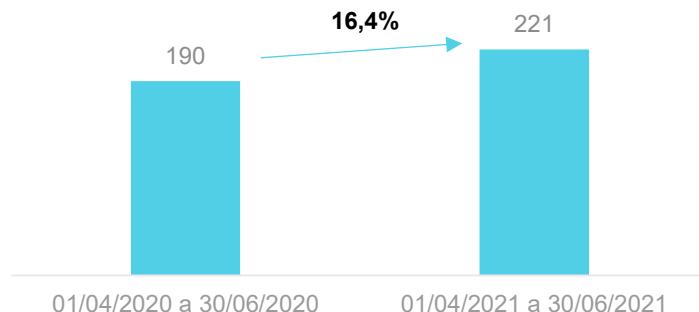
## Custos e despesas operacionais

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Pessoal	(19.314)	(19.273)	0,2
Material	(2.252)	(2.538)	-11,3
Serviços de terceiros	(14.232)	(14.198)	0,2
Energia comprada	(65.782)	(55.900)	17,7
Depreciação e amortização	(71.916)	(54.679)	31,5
Encargos de uso da rede elétrica	(34.128)	(34.813)	-2,0
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(5.282)	(5.842)	-9,6
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.841)	(1.679)	9,6
Seguros	(2.370)	(2.358)	0,5
Aluguéis	(560)	(223)	151,1
Provisões para riscos	(543)	(320)	-69,7
Compartilhamento de despesas	(1.533)	(2.750)	-44,3
Outros	(937)	5.022	118,7
	<b>(220.690)</b>	<b>(189.551)</b>	<b>16,4</b>

Os custos e despesas operacionais apresentaram, na comparação entre os dois trimestres, um aumento de R\$ 31,1 milhões. As principais variações foram:

- Elevação de R\$ 17,2 milhões nas despesas com depreciação e amortização, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível reconhecido em Dez/2020 proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF previsto na Lei nº 14.052/2020;
- Aumento de R\$ 9,9 milhões no custo com compra de energia. Apesar das ações visando a mitigação de parte dos efeitos, esse aumento se dá, principalmente, em virtude da piora no cenário hidrológico onde houve um aumento no PLD médio de R\$ 71,95 para R\$ 218,70, representando aumento de 204% na comparação entre os dois trimestres;
- Aumento de R\$ 5,9 milhões na linha “Outros” em razão de resarcimentos pontuais e não recorrentes registrados no 2º trimestre de 2020, relativos à indenização recebida da seguradora no valor de R\$ 4,0 milhões referente ao sinistro no transformador da UHE Taquaruçu (sinistro ocorrido em 2018) e ao recebimento de R\$ 1,8 milhões referente ao ganho de ação ajuizada contra a Caixa Econômica Federal.

### Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



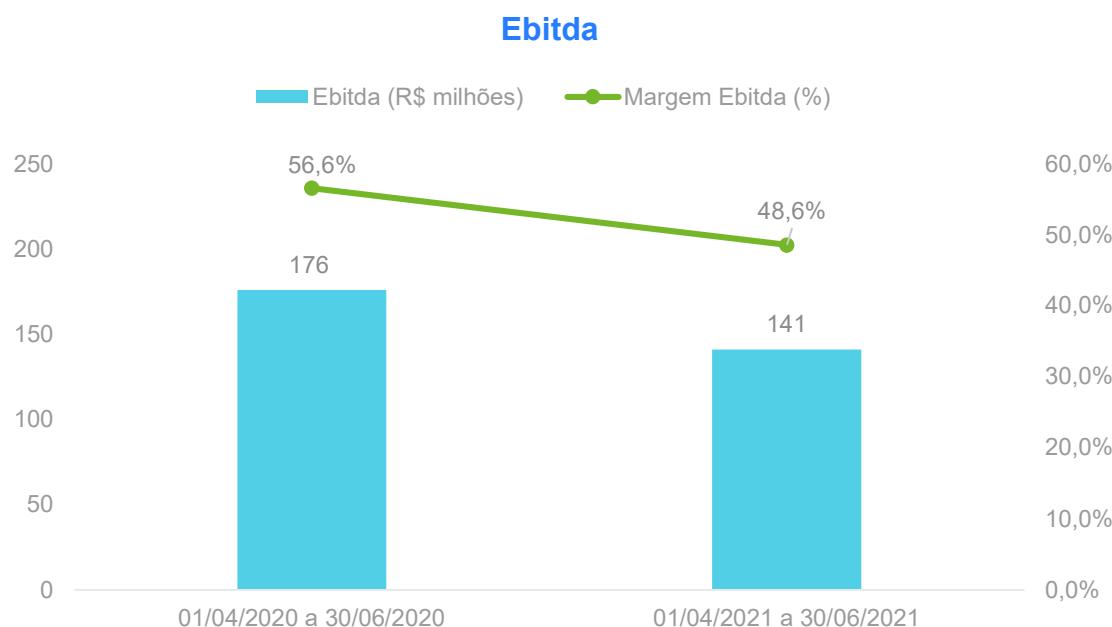
## Ebitda e margem Ebitda

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Lucro líquido do período	4.401	61.671	-92,9
Imposto de renda e contribuição social	1.795	31.207	-94,2
Resultado financeiro (líquido)	62.539	28.609	118,6
Depreciação e amortização	71.916	54.679	31,5
<b>Ebitda</b>	<b>140.651</b>	<b>176.166</b>	<b>-20,2</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>48,6%</i>	<i>56,6%</i>	<i>-8 p.p</i>

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou redução de R\$ 35,5 milhões, ou 20,2%, em comparação ao 2º trimestre de 2020, principalmente em razão da redução na receita líquida e da elevação nos custos e despesas operacionais pelos motivos já expostos anteriormente.



## Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Receitas	6.127	10.118	-39,4
Despesas	(68.666)	(38.727)	77,3
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(62.539)</b>	<b>(28.609)</b>	<b>118,6</b>

O resultado financeiro líquido, no 2º trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 62,5 milhões, que representa uma piora de R\$ 33,9 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Foi observada uma redução da receita financeira em razão da redução do caixa médio a ser remunerado, principalmente por conta do desembolso efetuado em fevereiro de 2021 pelo pagamento do GSF.

Já na linha das despesas financeiras, houve um aumento de R\$ 29,9 milhões, principalmente em função da elevação dos índices financeiros que corrigem as dívidas mantidas pela Companhia. O IPCA aumentou de -0,62% no 2º trimestre de 2020 para 2,08% no 2º trimestre de 2021 e o CDI aumentou de 0,72% para 0,84%. Além disso, houve o acréscimo dos juros relativos à nova captação de debentures ocorrida em janeiro de 2021.

## Endividamento

	30/06/2021	31/12/2020	Variação %
<b>Debêntures</b>	<b>1.507.749</b>	<b>1.074.801</b>	<b>40,3</b>
Curto prazo	367.104	376.967	-2,6
Longo prazo	1.140.645	697.834	63,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(308.020)	(1.062.848)	-71,0
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(962)	(807)	19,2
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.198.767</b>	<b>11.146</b>	<b>10.655,1</b>

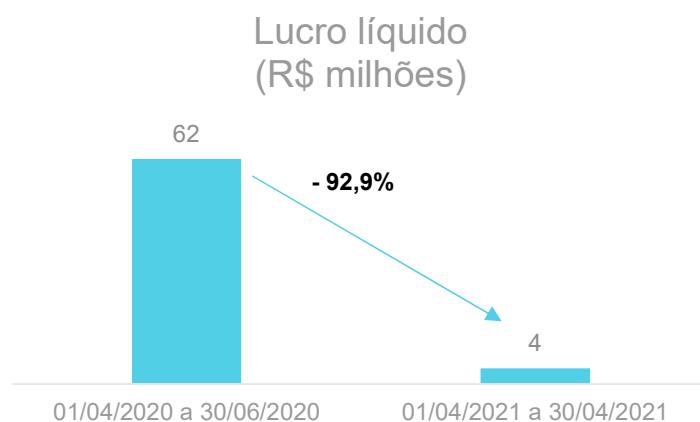
A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida, em comparação com 31 de dezembro de 2020, teve um aumento de R\$ 1,2 bilhão, principalmente em função da redução do saldo de caixa da Companhia após a liquidação do passivo da liminar do GSF em fevereiro de 2021 no montante líquido de R\$ 1,1 bilhão.

	Remuneração	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	409.724	380.681	7,6
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	116.899	-100,0
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	242.162	231.503	4,6
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	161.099	160.385	0,4
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	188.217	185.333	1,6
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	26/01/2024	182.265	-	0,0
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	26/01/2026	324.282	-	0,0
			<b>1.507.749</b>	<b>1.074.801</b>	<b>40,3</b>

## Lucro líquido

Em virtude dos fatores comentados anteriormente, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 4,4 milhões no período, representando uma redução de R\$ 57,3 milhões em comparação com o desempenho apresentado no mesmo trimestre do ano de 2020.



## Informações trimestrais - ITR

### Balanços patrimoniais

#### PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	308.020	1.062.848	331.097	1.110.250
Clientes	6	114.384	840.277	116.650	842.470
Tributos a recuperar	7.1	7.973	2.577	8.016	2.658
Serviços em curso		20.624	15.980	20.624	15.980
Despesas antecipadas		1.545	5.808	1.618	5.885
Outros créditos		1.950	1.169	1.984	1.198
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>454.496</b>	<b>1.928.659</b>	<b>479.989</b>	<b>1.978.441</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	962	807	962	807
Clientes	6	3.456	-	3.456	-
Tributos a recuperar	7.1	819	819	2.254	2.246
Tributos diferidos	7.2	123.237	127.362	123.237	127.362
Depósitos judiciais	8	59.518	60.359	59.518	60.359
Despesas antecipadas		1.898	2.028	1.898	2.028
		<b>189.890</b>	<b>191.375</b>	<b>191.325</b>	<b>192.802</b>
Investimentos	9	221.203	220.186	-	-
Imobilizado	10	2.381.494	2.477.163	2.574.777	2.674.688
Intangível	11	825.447	863.822	835.895	874.654
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.618.034</b>	<b>3.752.546</b>	<b>3.601.997</b>	<b>3.742.144</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.072.530</b>	<b>5.681.205</b>	<b>4.081.986</b>	<b>5.720.585</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Balanços patrimoniais

### PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	12	437.947	2.037.128	439.802	2.069.227
Salários, provisões e contribuições sociais		15.000	17.682	15.394	18.117
Tributos a recolher	7.1	11.653	142.249	12.008	142.427
Encargos setoriais	13	25.963	25.430	25.972	25.438
Debêntures	14	367.104	376.967	367.104	376.967
Dividendos	16	1.381	278.866	1.381	278.866
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	230	45.288	230	45.288
Partes relacionadas	18	1.616	1.884	1.689	1.954
Receitas diferidas		2.081	4.224	2.156	4.373
Outras obrigações		1.558	1.286	1.558	1.291
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>864.533</b>	<b>2.931.004</b>	<b>867.294</b>	<b>2.963.948</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	12	25.820	25.005	25.820	25.005
Encargos setoriais	13	7.054	9.399	7.054	9.399
Indenização socioambiental		17.287	15.088	17.287	15.088
Debêntures	14	1.140.645	697.834	1.140.645	697.834
Plano de aposentadoria		44.091	44.091	44.091	44.091
Provisões para riscos	15	37.190	36.741	43.885	43.177
Receitas diferidas		5.608	2.342	5.608	2.342
Outras obrigações		7.658	7.957	7.658	7.957
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.285.353</b>	<b>838.457</b>	<b>1.292.048</b>	<b>844.893</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.149.886</b>	<b>3.769.461</b>	<b>2.159.342</b>	<b>3.808.841</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	19	839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		115.084	115.084	115.084	115.084
Reserva de lucros		585.636	585.546	585.636	585.546
Lucros acumulados		39.918	-	39.918	-
Ajuste de avaliação patrimonial		342.868	371.976	342.868	371.976
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.922.644</b>	<b>1.911.744</b>	<b>1.922.644</b>	<b>1.911.744</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.072.530</b>	<b>5.681.205</b>	<b>4.081.986</b>	<b>5.720.585</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações do resultado

### PERÍODOS DE TRÊS E DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	20	282.690	583.807	305.455	747.723
<b>Custos operacionais</b>					
Pessoal		(15.551)	(30.786)	(15.417)	(29.502)
Material		(1.997)	(3.147)	(2.133)	(3.513)
Serviços de terceiros		(8.179)	(13.549)	(7.354)	(14.093)
Energia comprada	21.1	(63.844)	(102.124)	(55.335)	(111.594)
Depreciação e amortização		(68.479)	(136.239)	(51.286)	(102.510)
Encargos de uso da rede elétrica	21.2	(33.966)	(70.088)	(34.679)	(69.385)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(5.282)	(10.672)	(5.842)	(13.990)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.814)	(3.628)	(1.655)	(3.309)
Seguros		(2.337)	(4.680)	(2.326)	(4.651)
Provisões para riscos		(52)	280	(208)	(23)
Outros		(225)	(641)	(168)	(725)
		(201.726)	(375.274)	(176.403)	(353.295)
<b>Resultado bruto</b>		80.964	208.533	129.052	394.428
<b>Outros resultados operacionais</b>					
Pessoal		(3.165)	(6.229)	(3.225)	(6.167)
Material		(96)	(157)	(129)	(162)
Serviços de terceiros		(4.832)	(9.284)	(5.522)	(10.360)
Depreciação e amortização		(849)	(1.687)	(1.000)	(2.000)
Aluguéis		(507)	(1.092)	(202)	(455)
Provisões para riscos		(531)	139	(107)	(12)
Compartilhamento de despesas	18.3	(1.533)	(3.804)	(2.750)	(6.469)
Outros		(673)	(3.069)	5.231	2.931
		(12.186)	(25.183)	(7.704)	(22.694)
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	9	(137)	1.017	(361)	1.782
		(137)	1.017	(361)	1.782
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		68.641	184.367	120.987	373.516
<b>Resultado financeiro</b>	22				
Receitas		5.946	16.379	9.807	21.849
Despesas		(68.661)	(188.291)	(38.193)	(91.534)
		(62.715)	(171.912)	(28.386)	(69.685)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		5.926	12.455	92.601	303.831
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	23				
Corrente		-	-	(44.355)	(128.952)
Diferido		(1.525)	(3.282)	13.425	27.275
		(1.525)	(3.282)	(30.930)	(101.677)
<b>Lucro líquido do período</b>		4.401	9.173	61.671	202.154
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação</b>	24	0,04660	0,09714	0,65307	2,14071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações do resultado

### PERÍODOS DE TRÊS E DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	20	289.425	597.586	311.038	760.950
<b>Custos operacionais</b>					
Pessoal		(16.149)	(32.009)	(16.048)	(30.684)
Material		(2.156)	(3.376)	(2.404)	(3.915)
Serviços de terceiros		(9.019)	(14.956)	(8.322)	(16.028)
Energia comprada	21.1	(65.782)	(104.645)	(55.900)	(112.440)
Depreciação e amortização		(71.059)	(141.396)	(53.668)	(107.499)
Encargos de uso da rede elétrica	21.2	(34.128)	(70.346)	(34.813)	(69.652)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(5.282)	(10.672)	(5.842)	(13.990)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.841)	(3.681)	(1.679)	(3.359)
Seguros		(2.370)	(4.746)	(2.358)	(4.716)
Aluguéis		-	(7)	-	-
Provisões para riscos		(37)	301	(214)	34
Outros		(226)	(658)	(170)	(749)
		(208.049)	(386.191)	(181.418)	(362.998)
<b>Resultado bruto</b>		81.376	211.395	129.620	397.952
<b>Outros resultados operacionais</b>					
Pessoal		(3.165)	(6.229)	(3.225)	(6.167)
Material		(96)	(157)	(134)	(171)
Serviços de terceiros		(5.213)	(10.037)	(5.876)	(11.123)
Depreciação e amortização		(857)	(1.706)	(1.011)	(2.023)
Aluguéis		(560)	(1.208)	(223)	(496)
Provisões para riscos		(506)	167	(106)	22
Compartilhamento de despesas	18.3	(1.533)	(3.804)	(2.750)	(6.469)
Outros		(711)	(3.134)	5.192	2.834
		(12.641)	(26.108)	(8.133)	(23.593)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		68.735	185.287	121.487	374.359
<b>Resultado financeiro</b>	22				
Receitas		6.127	16.701	10.118	22.542
Despesas		(68.666)	(188.997)	(38.727)	(92.424)
		(62.539)	(172.296)	(28.609)	(69.882)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		6.196	12.991	92.878	304.477
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	23				
Corrente		(270)	(536)	(44.632)	(129.598)
Diferido		(1.525)	(3.282)	13.425	27.275
		(1.795)	(3.818)	(31.207)	(102.323)
<b>Lucro líquido do período</b>		4.401	9.173	61.671	202.154
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação</b>	24	0,04660	0,09714	0,65307	2,14071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações do resultado abrangente

### PERÍODOS DE TRÊS E DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>4.401</b>	<b>9.173</b>	<b>61.671</b>	<b>202.154</b>
Outros resultados abrangentes do período				
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	6.278	6.278
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	1.309	2.480	836	1.669
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(445)	(843)	(284)	(567)
	<b>864</b>	<b>1.637</b>	<b>6.830</b>	<b>7.380</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>5.265</b>	<b>10.810</b>	<b>68.501</b>	<b>209.534</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	839.138	115.084	585.546	-	525.616	(153.640)	1.911.744
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	9.173	-	-	9.173
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	2.480	2.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(843)	(843)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	1.637	(1.637)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	9.173	1.637	-	10.810
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	46.582	(46.582)	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	(15.837)	15.837	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	90	-	-	90
Saldo em 30 de junho de 2021	839.138	115.084	585.636	39.918	496.508	(153.640)	1.922.644
	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	839.138	116.804	158.378	-	587.387	(150.910)	1.550.797
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	202.154	-	-	202.154
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	6.278	6.278
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	1.669	1.669
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(567)	(567)
Reclassificação reserva de lucros	-	-	(2.491)	-	-	2.491	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	1.102	(1.102)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(2.491)	202.154	1.102	8.769	209.534
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	48.085	(48.085)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	839.138	116.804	155.887	233.890	556.753	(142.141)	1.760.331

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.455	303.831	12.991	304.477
<b>Ajustes em:</b>					
Depreciação e amortização		137.926	104.510	143.102	109.522
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível e obrigações especiais		1.553	990	1.553	1.002
Apropriação de juros sobre debêntures	14	38.228	35.859	38.228	35.859
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	827	895	827	895
Variação monetária sobre debêntures	14	38.715	6.267	38.715	6.267
Variação monetária sobre provisão para riscos	22	1.288	991	1.292	1.022
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(993)	(1.564)	(995)	(1.567)
Variação monetária referente a inadimplência CCEE	22	(7.243)	-	(7.243)	-
Variação monetária referente a liminar CCEE	22	101.899	42.283	102.596	43.131
Variação monetária referente a indenização socioambiental	22	2.199	565	2.199	565
Variação monetária TUSD-g	22	1.282	1.713	1.282	1.713
Variação monetária P&D		87	243	87	243
Provisão para riscos	15	(997)	35	(1.093)	(56)
Equivalência patrimonial	9	(1.017)	(1.782)	-	-
		<b>313.754</b>	<b>191.005</b>	<b>320.550</b>	<b>198.596</b>
<b>Variações nos ativos</b>					
Clientes		729.680	(64.896)	729.607	(64.710)
Partes relacionadas		-	474	-	474
Depósitos judiciais		1.271	114	1.271	114
Serviços em curso		(4.626)	(6.654)	(4.626)	(6.654)
Despesas antecipadas		4.393	4.336	4.397	4.343
Outras variações ativas		1.245	(333)	1.240	(330)
		<b>731.963</b>	<b>(66.959)</b>	<b>731.889</b>	<b>(66.763)</b>
<b>Variações nos passivos</b>					
Fornecedores		19.948	2.596	13.975	380
Salários, provisões e contribuições sociais		(2.682)	(2.647)	(2.723)	(2.700)
Impostos, taxas e contribuições		4.064	3.527	4.318	3.802
Receitas diferidas		1.123	(7.389)	1.049	(7.433)
Partes relacionadas		(268)	29	(265)	32
Provisão para riscos		254	(164)	313	(210)
Outras variações passivas		(1.990)	1.968	(1.994)	1.947
		<b>20.449</b>	<b>(2.080)</b>	<b>14.673</b>	<b>(4.182)</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>					
		<b>1.078.621</b>	<b>425.797</b>	<b>1.080.103</b>	<b>432.128</b>
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(26.174)	(41.397)	(26.174)	(41.397)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14	(36.044)	(28.691)	(36.044)	(28.691)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(134.556)	(90.446)	(135.139)	(90.952)
Pagamento liminar GSF		(1.721.028)	-	(1.745.996)	-
<b>Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(839.181)</b>	<b>265.263</b>	<b>(863.250)</b>	<b>271.088</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Recebimento na venda de imobilizado		359	-	359	-
Adições no ativo imobilizado e intangível		(10.995)	(10.009)	(11.251)	(11.686)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(10.636)</b>	<b>(10.009)</b>	<b>(10.892)</b>	<b>(11.686)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Valor recebido pela emissão de debêntures	14	500.000	-	500.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	14	(2.588)	-	(2.588)	-
Pagamento de debêntures	14	(80.016)	(79.992)	(80.016)	(79.992)
Pagamento de dividendos	16	(277.395)	(2)	(277.395)	(2)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(45.012)	(57.789)	(45.012)	(57.789)
<b>Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>94.989</b>	<b>(137.783)</b>	<b>94.989</b>	<b>(137.783)</b>
<b>Resumo do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(754.828)</b>	<b>117.471</b>	<b>(779.153)</b>	<b>121.619</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>1.062.848</b>	<b>1.087.193</b>	<b>1.110.250</b>	<b>1.121.907</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		<b>308.020</b>	<b>1.204.664</b>	<b>331.097</b>	<b>1.243.526</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Demonstrações do valor adicionado

**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas</b>					
Venda de energia e outros serviços	20	583.807	747.723	597.586	760.950
		<b>583.807</b>	<b>747.723</b>	<b>597.586</b>	<b>760.950</b>
<b>Insu</b> mos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede		(172.212)	(180.979)	(174.991)	(182.092)
Materiais e serviços de terceiros		(27.757)	(32.755)	(29.970)	(35.695)
Outros custos operacionais		(7.524)	(1.913)	(7.613)	(1.986)
		<b>(207.493)</b>	<b>(215.647)</b>	<b>(212.574)</b>	<b>(219.773)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>376.314</b>	<b>532.076</b>	<b>385.012</b>	<b>541.177</b>
Depreciação e amortização		(91.345)	(56.423)	(96.520)	(61.436)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>284.969</b>	<b>475.653</b>	<b>288.492</b>	<b>479.741</b>
Equivalência patrimonial	9	1.017	1.782	-	-
Outras receitas financeiras		16.878	22.909	17.200	23.600
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>17.895</b>	<b>24.691</b>	<b>17.200</b>	<b>23.600</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>302.864</b>	<b>500.344</b>	<b>305.692</b>	<b>503.341</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta		18.646	18.338	19.257	18.933
Benefícios		9.100	8.709	9.579	9.176
FGTS		1.758	1.645	1.813	1.699
Provisão para gratificação (bônus)		488	178	488	180
Participação nos resultados		3.781	3.382	3.858	3.443
Encargos sociais (exceto INSS)		1.385	1.253	1.430	1.294
		<b>35.158</b>	<b>33.505</b>	<b>36.425</b>	<b>34.725</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		27.468	126.691	28.196	127.524
Estaduais		175	174	187	189
Municipais		10.804	14.080	10.804	14.080
		<b>38.447</b>	<b>140.945</b>	<b>39.187</b>	<b>141.793</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Aluguéis		1.092	455	1.208	496
Outras despesas financeiras		188.249	91.549	188.954	92.437
		<b>189.341</b>	<b>92.004</b>	<b>190.162</b>	<b>92.933</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Lucros retidos		39.918	233.890	39.918	233.890
		<b>39.918</b>	<b>233.890</b>	<b>39.918</b>	<b>233.890</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>302.864</b>	<b>500.344</b>	<b>305.692</b>	<b>503.341</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

## Notas explicativas da Administração Às informações trimestrais – em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

#### 1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmeiras e Retiro, conforme mencionado em nota explicativa nº 9.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 410.037 na Controladora e R\$ 387.305 no Consolidado, o que representa uma redução de 59,1% na Controladora e 60,7% no Consolidado em comparação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação se dá em virtude do pagamento referente ao acordo GSF, ocorrida no 1º trimestre de 2021, transferência do não circulante para o circulante referente à parcela do principal da 8ª emissão série 1 de debêntures, liquidação da 5ª emissão série 2 de debêntures e captação da 9º emissão de debêntures, ocorrida em 28 de janeiro de 2021.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

#### 1.2. Concessão

##### 1.2.1. Contrato de concessão

Controladora								
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Ínicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Taquarangu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
						2.265,3	1.064,5	

##### 1.2.2. Resoluções autorizativas

Controlada								
Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Ínicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
						32,5	16,2	

#### 1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo.

Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 2015, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos no que tange: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e redução da carga das distribuidoras.

A liminar concedida limitou a exposição da Controlada e de outros geradores ao GSF em 100%, sendo parcialmente revogada em outubro de 2018 - decisão que manteve em suspenso o pagamento dos valores de GSF retidos nas liquidações financeiras da CCEE entre o período maio de 2015 a janeiro de 2018, mas que retirou a proteção de suspensão de pagamentos de GSF a partir de fevereiro de 2018. Os valores em discussão anteriores a fevereiro de 2018 foram contabilizados na conta de fornecedores conforme nota explicativa nº 12.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão contida na Lei 14.052/2020, os agentes terão de renunciar à disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação.

Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, os agentes automaticamente também deverão quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE.

Diante das diretrizes do Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2020 foi aprovado o registro da estimativa pelo valor referente a extensão pela repactuação do risco hidrológico que trata a lei nº 14.052, regulamentada pela REN 895/2020. A Companhia e sua controlada realizaram o pagamento à CCEE do valor de R\$ 1.745.996 no 1º trimestre deste ano.

De acordo com a Lei nº 14.052, regulamentada pela resolução Aneel 895/2020, em março de 2021, a CCEE divulgou a apuração efetiva, que não sofreu alteração até o momento, dos valores a serem resarcidos às usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Como efeito dessa divulgação, a Companhia e sua controlada teriam, atualmente, complemento a ser reconhecido em seu ativo intangível de R\$ 10.354 e R\$ 76, respectivamente.

Havia expectativa de que a homologação deste acordo ocorresse no 1º trimestre de 2021, no entanto, tendo em vista que no mesmo dia em que a Aneel votaria a homologação dos períodos de extensão, em 30 de março, este item foi retirado de pauta, sem decisão, em razão de recurso administrativo apresentado por outros agentes elegíveis à repactuação face à resolução normativa 895/2020.

Ao deliberar sobre o recurso, a Diretoria da Aneel decidiu por maioria acatar parcialmente os pleitos realizados pelos agentes através da alteração dos critérios previstos na REN nº 895/2020, de maneira que os cálculos anteriormente apresentados pela CCEE em março foram alterados. A alteração aprovada prevê a inclusão, na mensuração dos impactos sofridos pelos geradores, da parcela da energia não repactuada a partir de 2012, sem a exclusão da parcela já repactuada em 2015 em período anterior à efetiva repactuação, relativa aos contratos do Ambiente de Contratação Regulada. Os pleitos não apreciados nesta ocasião restaram para deliberação em reunião posterior.

O recurso foi incluído na pauta da reunião de Diretoria da Aneel subsequente, 06 de abril, e após discussão dos pleitos pendentes de votação, houve pedido de vistas por um dos diretores, de modo que não houve decisão final relativa à forma de compensação decorrente da consideração da garantia física das usinas estruturantes no cálculo.

Em 13 de abril, foi publicada a REN 930/2021, contemplando a alteração aprovada na 10ª reunião ordinária da Aneel, fato que motivou abertura de processo pela SeinfraElétrica no Tribunal de Contas da União (TCU) com o argumento de que haveria supostos indícios de ilegalidades no conteúdo da REN 930/2021 e seu processo de aprovação.

O recurso foi pautado nas reuniões de diretoria da Aneel dos dias 01, 15, 22 e 29 de junho, tendo sido retirado de pauta nos dias 01, 22 e 29 de junho e recebido prazo adicional para deliberação na reunião do dia 15 de junho.

Em paralelo, a Medida Provisória (MPV) nº 1.031, de 23 de fevereiro de 2021, que trata da desestatização da Eletrobras, recebeu emendas e foi aprovada na Câmara em 19 de maio e no Senado em 17 de junho, e em seguida foi encaminhado para sanção presidencial. O texto aprovado incluiu os pleitos realizados pelos agentes no âmbito do recurso parcialmente pendente de votação na Aneel, qual seja, garantia da compensação a todos os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, incluídas aquelas classificadas como empreendimentos estruturantes e ratificação do direito previsto na REN 930/2021 sobre a consideração da integralidade da garantia física como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento da indenização. Para mais informações referente a publicação da MPV, conforme nota explicativa nº 29.1.

Tendo em vista às incertezas relacionadas ao complemento do valor inicialmente registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, a Administração continua acompanhando os desdobramentos das discussões e aguarda a homologação dos valores para reconhecimento dos efeitos complementares necessários.

#### *1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas*

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Desta forma, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria nº 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria nº 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril

de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 183/1998. Porém, em 10 de abril de 2019, foi publicada sentença que anula os pedidos referentes à liminar obtida para as usinas Canoas I e Canoas II.

Em 24 de junho de 2019, com a publicação do Despacho Aneel nº 1.733, houve o incremento de 1,9 MWm da garantia física da UHE Capivara, devido à homologação dos novos parâmetros de potência instalada e rendimento nominal da turbina da Unidade Geradora nº 2, resultado da conclusão do processo de repotenciação desta unidade. Como resultado da revisão extraordinária, a nova garantia física total da UHE Capivara passou a ser de 329,1 MWm (anteriormente 327,2 MWm), conforme estabelecido na Portaria nº 178/2017.

Em 30 de setembro de 2019 foi publicada sentença de primeiro grau julgando improcedente o pedido inicial, da qual se apelou, obtendo-se, em 18 de dezembro de 2019, deferimento do pedido cautelar de antecipação de tutela recursal para suspender os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 no ponto em que reduziu o valor das garantias físicas das Usinas Hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

No mês de setembro de 2019 foram abertas duas Consultas Públicas (CP) do MME – nº 82, com prazo de contribuições entre 05 a 20 de setembro – que lançou minuta de Portaria com o objetivo de propor novos Valores de Referência de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) de Usinas Hidrelétricas e a CP nº 85, com o objetivo de obter contribuições dos agentes do setor elétrico acerca da proposta de medidas de curto prazo, bem como cronograma de execução, voltadas à realização da revisão das garantias físicas de energia de usinas despachadas centralizadamente. A CTG trabalhou para o envio de contribuições técnicas, em conjunto com associações de classe e individualmente, no âmbito desta Consulta.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017. Para mais informações, vide nota explicativa nº 12.

### **1.5. Marco legal do setor elétrico**

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as CP nº 032 e nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O PL 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

Também foi aprovado o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos próximos 5 anos.

## 1.6. COVID-19

### 1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

A Companhia se organizou para proteger seus profissionais e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Para isso, criou um Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões ligadas à pandemia de Covid-19.

Para suas atividades operacionais, protocolou junto à Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centros de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – Covid-19. Dentre as principais ações, tomou medidas para a redução à mínima circulação de pessoas em suas instalações, por meio do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas. Assim, garantiu a segurança de seus profissionais, a regularidade da operação e, para suas atividades administrativas, adotou trabalho remoto, atendendo às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico, e disponibilizado contato via telemedicina para nossos profissionais e prestadores de serviços, com atendimento diário para acompanhamento da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento ao hospital. Regularmente todas as pessoas que acessam as unidades realizam testagem PCR para identificação de pessoas assintomáticas e, em casos positivos ou suspeito, estas pessoas ficam sem acesso às instalações, até liberação médica.

Campanhas de comunicação e conscientização são periodicamente realizadas com o intuito de apresentar as mais recentes informações científicas e, para isso a CTG realiza palestras online com os mais renomados médicos, cientistas, biólogos ou referências no assunto.

Rotinas de higienização foram reforçadas nos locais de comum acesso, como medição de temperatura e instalação de pontos para higienização das mãos com álcool em gel foram planejados para reduzir o risco de contágio, entre outras.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais

restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

#### 1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de CP no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em função do agravamento da pandemia no 1º trimestre de 2021, a Aneel suspendeu em todo o Brasil o corte de energia dos consumidores de baixa renda por inadimplência.

Também está vedado o corte de energia de unidades consumidoras com equipamentos vitais à preservação da vida e dependentes de energia elétrica, além de unidades de saúde, tais como hospitais e centros de produção, armazenamento e distribuição de vacinas.

Outro ponto que beneficia todos os consumidores e as distribuidoras é a suspensão do prazo para o corte de energia de faturas antigas. Com isso, os consumidores passam a dispor de mais tempo para quitar suas contas e as distribuidoras podem direcionar equipes para atividades mais prioritárias.

Essas medidas tiveram validade até 30 de junho de 2021, podendo ser reavaliadas ou prorrogadas, a depender da evolução da pandemia no país.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinadas à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora a Companhia está sujeita a obrigação de investimento em P&D os montantes já comprometidos com projetos são superiores a obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até o momento não há efeitos financeiros para a Companhia.

## 2. Apresentação das informações trimestrais - ITR

### 2.1. Aprovação das informações trimestrais

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de agosto de 2021.

### 2.2. Base de preparação e mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas

no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

### ***2.3. Moeda funcional e moeda de preparação***

As informações trimestrais individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Companhia e sua controlada.

As demais informações relativas à apresentação das demonstrações financeiras publicadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais de 2020, permanecem válidas para esse trimestre.

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais de 2020.

## **4. Gestão de riscos do negócio**

As informações sobre fatores de risco descritas na nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para essas informações trimestrais, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

### ***4.1. Riscos financeiros***

#### **4.1.1. Risco de liquidez**

A Companhia e sua controlada monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia e sua controlada fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e sua controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e consolidado				
			De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	152.828	-	150.561	147.450	450.839
7 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	125.980	3.550	126.251	-	255.781
8 <sup>a</sup>	1	Variação 106,75% do DI ao ano	3.243	85.477	85.719	-	174.439
8 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	10.409	10.704	219.853	240.966
9 <sup>a</sup>	1	Variação DI + 1,40% ano ano	3.788	6.705	14.899	193.844	219.236
9 <sup>a</sup>	2	Variação DI + 1,65% ano ano	7.124	12.332	27.396	384.448	431.300
			292.963	118.473	415.530	945.595	1.772.561

#### 4.2. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de junho de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Controladora	
			30/06/2021	Cenário Provável
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	3,39%	307.942	10.447
Aplicações financeiras vinculadas	DI	3,39%	962	33
			<b>308.904</b>	<b>10.480</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	1,79%	(409.724)	(32.651)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	1,79%	(242.162)	(18.879)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	3,39%	(161.099)	(5.834)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	1,79%	(188.217)	(13.907)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	3,39%	(182.265)	(8.162)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	3,39%	(324.282)	(19.943)
			<b>(1.507.749)</b>	<b>(99.376)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(1.198.845)</b>	<b>(88.896)</b>

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Consolidado	
			30/06/2021	Cenário Provável
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	3,39%	330.982	11.229
Aplicações financeiras vinculadas	DI	3,39%	962	33
			<b>331.944</b>	<b>11.262</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	1,79%	(409.724)	(32.651)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	1,79%	(242.162)	(18.879)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	3,39%	(161.099)	(5.834)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	1,79%	(188.217)	(13.907)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	3,39%	(182.265)	(8.162)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	3,39%	(324.282)	(19.943)
			<b>(1.507.749)</b>	<b>(99.376)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(1.175.805)</b>	<b>(88.114)</b>

#### 4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Debêntures		1.507.749	1.074.801	1.507.749	1.074.801
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(308.020)	(1.062.848)	(331.097)	(1.110.250)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(962)	(807)	(962)	(807)
<b>Dívida líquida</b>		<b>1.198.767</b>	<b>11.146</b>	<b>1.175.690</b>	<b>(36.256)</b>
Patrimônio líquido	19	1.922.644	1.911.744	1.922.644	1.911.744
<b>Total do capital</b>		<b>3.121.411</b>	<b>1.922.890</b>	<b>3.098.334</b>	<b>1.875.488</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)*</b>		<b>38,4</b>	<b>0,6</b>	<b>37,9</b>	<b>1,9</b>

\* Dívida líquida / Total do capital

As principais variações do saldo de gestão de capital decorrem do pagamento do acordo do GSF e captação da 9ª emissão de debêntures, gerando uma redução de caixa e um acréscimo no endividamento.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

### 5.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	78	78	115	107
Aplicações financeiras	307.942	1.062.770	330.982	1.110.143
Certificado de depósito bancário (CDB)	307.942	1.062.770	330.982	1.110.143
	<b>308.020</b>	<b>1.062.848</b>	<b>331.097</b>	<b>1.110.250</b>

As principais variações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são referentes ao pagamento do acordo GSF e à captação da 9<sup>a</sup> emissão de debêntures e liquidação da 5<sup>a</sup> emissão.

### 5.2. Aplicações financeiras vinculadas

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	807
Aplicações	783
Rendimentos	4
Resgates	(632)
Saldo em 30 de junho de 2021	962

### 5.3. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Fitch	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
AAA	-	308.977	1.031.936	332.049	1.079.337
AA+	-	-	31.708	-	31.708
-	AA	5	11	10	12
		<b>308.982</b>	<b>1.063.655</b>	<b>332.059</b>	<b>1.111.057</b>

A íntegra das informações relacionadas à nota de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são as mesmas descritas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 6. Clientes

### 6.1. Composição

	Controladora			
	À vencer		30/06/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	111.914	-	111.914	131.366
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	2.470	3.456	5.926	708.911
	<b>114.384</b>	<b>3.456</b>	<b>117.840</b>	<b>840.277</b>

	Consolidado			
	À vencer		30/06/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	114.180	-	114.180	133.559
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	2.470	3.456	5.926	708.911
	<b>116.650</b>	<b>3.456</b>	<b>120.106</b>	<b>842.470</b>

A principal variação no saldo de contas a receber se deve às arrecadações da CCEE no 1º trimestre de 2021 de valores que estavam represados em razão das discussões em torno do GSF.

### 6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa nº 6.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

Embora tenham sido solicitadas postergações de vencimentos por alguns poucos clientes em 2020, as liquidações foram concluídas como previsto. Até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

### 6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	Controladora				Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020		30/06/2021		31/12/2020	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	2,1	2.349	0,5	621	2,1	2.349	0,5	621
2 - Bom	41,2	46.158	35,4	46.531	40,9	46.647	35,2	47.050
3 - Satisfatório	51,1	57.180	55,4	72.823	51,4	58.728	55,7	74.292
4 - Regular	5,6	6.227	7,5	9.863	5,6	6.456	7,5	10.068
5 - Crítico	-	-	1,2	1.528	-	-	1,1	1.528
	<b>100,0</b>	<b>111.914</b>	<b>100,0</b>	<b>131.366</b>	<b>100,0</b>	<b>114.180</b>	<b>100,0</b>	<b>133.559</b>

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas a nota de Clientes está descrita na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2020.

## 7. Tributos a recuperar/recolher e diferido

### 7.1. Tributos a recuperar/recolher

	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>				
IRRF sobre aplicação financeira	1.677	-	2.577	-
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	-	819
	<b>7.973</b>	<b>819</b>	<b>2.577</b>	<b>819</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	130.995	-
PIS e COFINS a pagar	5.220	-	5.858	-
ICMS	6.172	-	4.968	-
ISS	69	-	143	-
Outros	192	-	285	-
	<b>11.653</b>	<b>-</b>	<b>142.249</b>	<b>-</b>

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>				
IRRF sobre aplicação financeira	1.720	-	2.658	-
INSS	-	1.435	-	1.427
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	-	819
	<b>8.016</b>	<b>2.254</b>	<b>2.658</b>	<b>2.246</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL a pagar	235	-	131.049	-
PIS e COFINS a pagar	5.306	-	5.945	-
ICMS	6.177	-	4.968	-
ISS	74	-	155	-
Outros	216	-	310	-
	<b>12.008</b>	<b>-</b>	<b>142.427</b>	<b>-</b>

A Companhia apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, após a realização do diferido sobre o GSF no 1º trimestre de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 foram reclassificados para as contas de antecipações de IRPJ/CSLL.

## 7.2. Tributos diferidos

	Controladora e consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	374.691	134.445	509.136	-	-	-
Liminar GSF/Garantia física	26.473	9.530	36.003	425.984	153.354	579.338
Provisões para riscos	9.771	3.518	13.289	9.699	3.492	13.191
Benefício fiscal	8.983	3.234	12.217	9.753	3.511	13.264
Ajuste atuarial plano de pensão	6.592	2.373	8.965	7.212	2.596	9.808
Provisões	5.739	2.066	7.805	3.594	1.294	4.888
Receita diferida	1.904	685	2.589	1.623	584	2.207
Arrendamento mercantil	88	32	120	72	26	98
Valores recebidos a maior RTE	67	24	91	66	24	90
Total bruto	434.308	155.907	590.215	458.003	164.881	622.884
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	(200.386)	(72.139)	(272.525)	(209.729)	(75.503)	(285.232)
Ajuste de avaliação patrimonial	(136.466)	(49.129)	(185.595)	(148.112)	(53.320)	(201.432)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	(343.365)	(123.613)	(466.978)	(364.354)	(131.168)	(495.522)
Imposto diferido líquido	90.943	32.294	123.237	93.649	33.713	127.362

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.368)	10.605	4.158	5.002	846	(129.480)	(123.237)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

## 7.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(269.463)	177.841	(91.622)	(266.380)	175.806	(90.574)
Saldos no final do período	35.943	(23.727)	12.216	39.026	(25.762)	13.264

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Amortização do ágio	(3.083)	(3.453)
Reversão da provisão	2.035	2.279
Benefício fiscal	1.048	1.174
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2021	2022	2023	2024 - 2026	2027 em diante	Total
Realização estimada	1.048	1.872	1.671	4.014	3.611	12.216

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período.

A íntegra das informações relacionadas aos tributos está descrita na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 8. Depósitos judiciais

	Controladora e consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.999</b>	<b>6.835</b>	<b>37.525</b>	<b>60.359</b>
Variações monetárias	133	38	259	430
Adições	613	-	-	613
(-) Baixas	(1.875)	(9)	-	(1.884)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>14.870</b>	<b>6.864</b>	<b>37.784</b>	<b>59.518</b>

A baixa dos depósitos judiciais fiscais decorre de ações de execução fiscal que foram encerradas em favor da controladora Rio Paranapanema.

A íntegra das informações relacionadas aos depósitos judiciais está descrita na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 9. Investimentos

### 9.1. Movimentação do investimento

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	31/12/2020	Equivalência patrimonial	30/06/2021
<b>Controlada</b>				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	220.186	1.017	221.203
		220.186	1.017	221.203

	Participação acionária	31/12/2019	Equivalência patrimonial	30/06/2020
<b>Controlada</b>				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	170.647	1.782	172.429
		170.647	1.782	172.429

### 9.2. Informações financeiras da Controlada

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do período	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Controlada</b>	99,99%	99,99%	230.660	259.567	9.456	30.380	221.204	220.187	13.779	13.227	1.017	1.782

A íntegra das informações relacionadas aos investimentos está descrita na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 10. Imobilizado

### 10.1. Composição

	Controladora					Consolidado				
	30/06/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação	30/06/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>										
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	0,0%	224.953	-	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.375.513	(1.815.202)	1.560.311	1.630.370	4,2%	3.610.512	(1.853.970)	1.756.542	1.829.009	4,0%
Edificações, obras civis e benfeitorias	457.208	(267.015)	190.193	198.723	3,7%	495.496	(273.704)	221.792	230.737	3,5%
Máquinas e equipamentos	1.018.803	(449.946)	568.857	585.018	3,8%	1.143.533	(479.413)	664.120	680.140	3,7%
Veículos	10.165	(6.392)	3.773	3.691	11,1%	10.574	(6.546)	4.028	3.971	11,1%
Móveis e utensílios	1.256	(1.039)	217	233	2,5%	1.413	(1.103)	310	327	3,0%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.697	(376)	3.321	2.913	20,4%	3.699	(376)	3.323	2.913	20,3%
	<b>4.879.832</b>	<b>(2.539.970)</b>	<b>2.339.862</b>	<b>2.434.138</b>		<b>5.289.505</b>	<b>(2.615.112)</b>	<b>2.674.393</b>	<b>2.771.375</b>	
<b>Em curso</b>										
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046		17.438	-	17.438	17.140	
Reservatório, barragens e adutora	2.844	-	2.844	2.826		2.846	-	2.846	2.828	
Edificações, obras civis e benfeitorias	544	-	544	499		736	-	736	691	
Máquinas e equipamentos	36.247	-	36.247	37.434		37.518	-	37.518	40.539	
Veículos	951	-	951	1.220		951	-	951	1.220	
	<b>41.632</b>	<b>-</b>	<b>41.632</b>	<b>43.025</b>		<b>59.489</b>	<b>-</b>	<b>59.489</b>	<b>62.418</b>	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	<b>4.921.464</b>	<b>(2.539.970)</b>	<b>2.381.494</b>	<b>2.477.163</b>		<b>5.189.889</b>	<b>(2.615.112)</b>	<b>2.574.777</b>	<b>2.674.688</b>	
(-) Obrigações especiais	(1.460)	809	(651)	(711)		(1.460)	809	(651)	(711)	
	<b>4.920.004</b>	<b>(2.539.161)</b>	<b>2.380.843</b>	<b>2.476.452</b>		<b>5.188.429</b>	<b>(2.614.303)</b>	<b>2.574.126</b>	<b>2.673.977</b>	

### 10.2. Movimentação

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.630.370	-	-	-	(70.059)	1.560.311
Edificações, obras civis e benfeitorias	198.723	-	-	(164)	(8.366)	190.193
Máquinas e equipamentos	585.018	-	(1.553)	4.754	(19.362)	568.857
Veículos	3.691	-	-	644	(562)	3.773
Móveis e utensílios	233	-	-	-	(16)	217
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	2.913	785	-	-	(377)	3.321
	<b>2.434.138</b>	<b>785</b>	<b>(1.553)</b>	<b>5.234</b>	<b>(98.742)</b>	<b>2.339.862</b>
<b>Em curso</b>						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.826	18	-	-	-	2.844
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	45	-	-	-	544
Máquinas e equipamentos	37.434	8.829	-	(4.516)	-	41.747
Créditos Pis e Cofins Extemporâneos máquinas e equipamentos	-	(5.500)	-	-	-	(5.500)
Veículos	1.220	375	-	(644)	-	951
Móveis e utensílios	-	1	-	(1)	-	-
	<b>43.025</b>	<b>3.768</b>	<b>-</b>	<b>(5.161)</b>	<b>-</b>	<b>41.632</b>
	<b>2.477.163</b>	<b>4.553</b>	<b>(1.553)</b>	<b>73</b>	<b>(98.742)</b>	<b>2.381.494</b>
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	60	(651)
	<b>2.476.452</b>	<b>4.553</b>	<b>(1.553)</b>	<b>73</b>	<b>(98.682)</b>	<b>2.380.843</b>

	Consolidado						Valor líquido em 30/06/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.829.009	-	-	-	(72.467)	-	1.756.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.737	-	-	(164)	(8.781)	-	221.792
Máquinas e equipamentos	680.140	-	(1.553)	6.823	(21.290)	-	664.120
Veículos	3.971	-	-	644	(587)	-	4.028
Móveis e utensílios	327	1	-	3	(21)	-	310
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Outros	2.913	785	-	-	(375)	-	3.323
	<b>2.771.375</b>	<b>786</b>	<b>(1.553)</b>	<b>7.306</b>	<b>(103.521)</b>	<b>-</b>	<b>2.674.393</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	17.140	4	-	-	-	294	17.438
Reservatório, barragens e adutora	2.828	18	-	-	-	-	2.846
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	45	-	-	-	-	736
Máquinas e equipamentos	40.539	9.067	-	(6.588)	-	-	43.018
Créditos Pis e Cofins Extemporâneos máquinas e equipamentos	-	(5.500)	-	-	-	-	(5.500)
Veículos	1.220	375	-	(644)	-	-	951
Móveis e utensílios	-	1	-	(1)	-	-	-
	<b>62.418</b>	<b>4.010</b>	<b>-</b>	<b>(7.233)</b>	<b>-</b>	<b>294</b>	<b>59.489</b>
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.105)	-	-	-	-	-	(159.105)
	<b>(159.105)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(159.105)</b>
	<b>2.674.688</b>	<b>4.796</b>	<b>(1.553)</b>	<b>73</b>	<b>(103.521)</b>	<b>294</b>	<b>2.574.777</b>
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	60	-	(651)
	<b>2.673.977</b>	<b>4.796</b>	<b>(1.553)</b>	<b>73</b>	<b>(103.461)</b>	<b>294</b>	<b>2.574.126</b>

	Controladora						Valor líquido em 30/06/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação		
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	213.865	-	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.774.566	-	-	180	(72.661)	-	1.702.085
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	-	-	90	(8.543)	-	206.499
Máquinas e equipamentos	591.749	-	(990)	16.331	(20.301)	-	586.789
Veículos	2.203	-	-	2.055	(456)	-	3.802
Móveis e utensílios	282	-	(17)	(1)	(16)	-	248
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(660)	-	4.397
	<b>2.601.547</b>	<b>452</b>	<b>(1.007)</b>	<b>18.655</b>	<b>(102.637)</b>	<b>-</b>	<b>2.517.010</b>
<b>Em curso</b>							
Terrenos	1.046	-	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.545	16	-	21	-	-	2.582
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	179	-	(90)	-	-	1.102
Máquinas e equipamentos	44.830	5.495	-	(16.524)	-	-	33.801
Veículos	2.040	156	-	(2.055)	-	-	141
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-	-
	<b>51.481</b>	<b>5.846</b>	<b>-</b>	<b>(18.655)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.672</b>
	<b>2.653.028</b>	<b>6.298</b>	<b>(1.007)</b>	<b>-</b>	<b>(102.637)</b>	<b>-</b>	<b>2.555.682</b>
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	60	-	(71)
	<b>2.652.199</b>	<b>6.279</b>	<b>(990)</b>	<b>-</b>	<b>(102.577)</b>	<b>-</b>	<b>2.554.911</b>

	Consolidado					Valor líquido em 30/06/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	223.698	-	-	-	-	223.698
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	-	-	180	(75.068)	1.903.133
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	-	90	(8.960)	238.932
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(1.000)	17.011	(22.192)	683.703
Veículos	2.412	-	-	2.178	(481)	4.109
Móveis e utensílios	390	-	(19)	(2)	(22)	347
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(660)	4.397
	<b>2.946.137</b>	<b>452</b>	<b>(1.019)</b>	<b>19.457</b>	<b>(107.383)</b>	<b>2.857.644</b>
<b>Em curso</b>						
Terrenos	11.895	20	-	-	-	11.915
Reservatório, barragens e adutora	2.547	16	-	21	-	2.584
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	179	-	(90)	-	1.294
Máquinas e equipamentos	46.503	7.152	-	(17.561)	-	36.094
Veículos	2.163	156	-	(2.178)	-	141
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-
	<b>64.320</b>	<b>7.523</b>	<b>-</b>	<b>(19.815)</b>	<b>-</b>	<b>52.028</b>
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	<b>(202.588)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(202.588)</b>
	<b>2.807.869</b>	<b>7.975</b>	<b>(1.019)</b>	<b>(358)</b>	<b>(107.383)</b>	<b>2.707.084</b>
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	60	(771)
	<b>2.807.040</b>	<b>7.956</b>	<b>(1.002)</b>	<b>(358)</b>	<b>(107.323)</b>	<b>2.706.313</b>

A íntegra das informações relacionadas ao imobilizado está descrita na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 11. Intangível

### 11.1. Composição

	Controladora				Consolidado					
	30/06/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização	30/06/2021		31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>										
Uso do bem público (UBP)	53.494	(37.768)	15.726	16.652	3,5%	53.494	(37.768)	15.726	16.652	3,5%
Software	33.647	(31.331)	2.316	3.333	5,6%	34.071	(31.498)	2.573	3.626	5,8%
Serviço de passagem	75	-	75	75	0,0%	265	-	265	265	0,0%
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	838.918	(37.374)	801.544	838.918	8,9%	849.245	(37.735)	811.510	849.245	8,9%
	<b>926.134</b>	<b>(106.473)</b>	<b>819.661</b>	<b>858.978</b>		<b>937.075</b>	<b>(107.001)</b>	<b>830.074</b>	<b>869.788</b>	
<b>Em curso</b>										
Software	5.786	-	5.786	4.844		5.799	-	5.799	4.844	
Serviço de passagem	-	-	-	-		22	-	22	22	
	<b>5.786</b>	<b>-</b>	<b>5.786</b>	<b>4.844</b>		<b>5.821</b>	<b>-</b>	<b>5.821</b>	<b>4.866</b>	
	<b>931.920</b>	<b>(106.473)</b>	<b>825.447</b>	<b>863.822</b>		<b>942.896</b>	<b>(107.001)</b>	<b>835.895</b>	<b>874.654</b>	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-		(2.208)	2.208	-	-	
	<b>929.712</b>	<b>(104.265)</b>	<b>825.447</b>	<b>863.822</b>		<b>940.688</b>	<b>(104.793)</b>	<b>835.895</b>	<b>874.654</b>	

### 11.2. Movimentação

	Controladora					Valor líquido em 30/06/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2021	
<b>Em serviço</b>						
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	-	(926)		15.726
Software	3.333	-	(73)	(944)		2.316
Serviço de passagem	75	-	-	-		75
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	838.918	-	-	(37.374)		801.544
	<b>858.978</b>	<b>-</b>	<b>(73)</b>	<b>(39.244)</b>		<b>819.661</b>
<b>Em curso</b>						
Software	4.844	942	-	-		5.786
	<b>4.844</b>	<b>942</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>5.786</b>
	<b>863.822</b>	<b>942</b>	<b>(73)</b>	<b>(39.244)</b>		<b>825.447</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>					
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	-	(926)	15.726
Software	3.626	-	(73)	(980)	2.573
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	-	-	(37.735)	811.510
	<b>869.788</b>	<b>-</b>	<b>(73)</b>	<b>(39.641)</b>	<b>830.074</b>
<b>Em curso</b>					
Software	4.844	955	-	-	5.799
Servidão de passagem	22	-	-	-	22
	<b>4.866</b>	<b>955</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.821</b>
	<b>874.654</b>	<b>955</b>	<b>(73)</b>	<b>(39.641)</b>	<b>835.895</b>

Do valor total das adições de software ocorridas no exercício, o montante de R\$ 850 se refere a licença para implementação do novo ERP.

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2020
<b>Em serviço</b>					
Uso do bem público (UBP)	18.503	-	-	(926)	17.577
Software	5.199	-	126	(1.007)	4.318
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	<b>23.777</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>(1.933)</b>	<b>21.970</b>
<b>Em curso</b>					
Software	120	3.730	(126)	-	3.724
	<b>120</b>	<b>3.730</b>	<b>(126)</b>	<b>-</b>	<b>3.724</b>
	<b>23.897</b>	<b>3.730</b>	<b>-</b>	<b>(1.933)</b>	<b>25.694</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2020
<b>Em serviço</b>					
Uso do bem público (UBP)	18.504	-	-	(927)	17.577
Software	5.199	-	484	(1.037)	4.646
Licença operacional (LO)	235	-	-	(235)	-
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
	<b>24.203</b>	<b>-</b>	<b>484</b>	<b>(2.199)</b>	<b>22.488</b>
<b>Em curso</b>					
Software	120	3.730	(126)	-	3.724
Servidão de passagem	44	-	-	-	44
	<b>164</b>	<b>3.730</b>	<b>(126)</b>	<b>-</b>	<b>3.768</b>
	<b>24.367</b>	<b>3.730</b>	<b>358</b>	<b>(2.199)</b>	<b>26.256</b>

A íntegra das informações relacionadas ao intangível está descrita na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 12. Fornecedores

### 12.1. Composição

	Controladora					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	419.267	-	419.267	2.005.364	-	2.005.364
Materiais e serviços contratados	6.955	-	6.955	17.344	-	17.344
Encargos de uso da rede elétrica	11.725	25.820	37.545	14.420	25.005	39.425
Tust	11.580	-	11.580	12.514	-	12.514
TUSD-g	125	25.820	25.945	1.887	25.005	26.892
Encargos de conexão	20	-	20	19	-	19
	<b>437.947</b>	<b>25.820</b>	<b>463.767</b>	<b>2.037.128</b>	<b>25.005</b>	<b>2.062.133</b>

	Consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	420.730	-	420.730	2.036.256	-	2.036.256
Materiais e serviços contratados	7.347	-	7.347	18.502	-	18.502
Encargos de uso da rede elétrica	11.725	25.820	37.545	14.469	25.005	39.474
Tust	11.580	-	11.580	12.514	-	12.514
TUSD-g	125	25.820	25.945	1.936	25.005	26.941
Encargos de conexão	20	-	20	19	-	19
	<b>439.802</b>	<b>25.820</b>	<b>465.622</b>	<b>2.069.227</b>	<b>25.005</b>	<b>2.094.232</b>

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 386.300 (R\$ 293.170 em dezembro de 2020) na Companhia referente a liminar de garantia física.

Em 31 de dezembro de 2020, além do efeito da liminar da garantia física, estava registrado o efeito de R\$ 1.666.961, para a Controladora e R\$ 1.691.231 no Consolidado, referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF concedida à Apine.

Com o pagamento referente aos valores da liminar sobre o GSF, restaram os registros referentes à liminar da garantia física, que segue ativa, gerando apurações mensais além da remuneração do saldo com base no IGPM.

A íntegra das informações relacionadas a fornecedores está descrita na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

### 13.1. Composição

	Controladora					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	3.617	-	3.617	8.283	-	8.283
P&D	21.741	7.054	28.795	16.595	9.399	25.994
TFSEE	605	-	605	552	-	552
	<b>25.963</b>	<b>7.054</b>	<b>33.017</b>	<b>25.430</b>	<b>9.399</b>	<b>34.829</b>

	Consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	3.617	-	3.617	8.282	-	8.282
P&D	21.741	7.054	28.795	16.595	9.399	25.994
TFSEE	614	-	614	561	-	561
	<b>25.972</b>	<b>7.054</b>	<b>33.026</b>	<b>25.438</b>	<b>9.399</b>	<b>34.837</b>

A íntegra das informações referente aos encargos setoriais está descrita na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 14. Debêntures

### 14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado				
				30/06/2021				
				Circulante		Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)
4 <sup>a</sup>	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	68.064	151.389	166.675	91.660
7 <sup>a</sup>	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	23.437	123.437	100.000	18.725
8 <sup>a</sup>	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	1.286	81.286	80.000	(187)
8 <sup>a</sup>	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	2.768	2.768	160.000	25.449
9 <sup>a</sup>	1	DI + 1,40% ano	26/01/2024	-	2.760	2.760	180.000	(495)
9 <sup>a</sup>	2	DI + 1,65% ano	26/01/2026	-	5.464	5.464	320.000	(1.182)
				<b>263.325</b>	<b>103.779</b>	<b>367.104</b>	<b>1.006.675</b>	<b>133.970</b>
								<b>1.140.645</b>

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado				
				31/12/2020				
				Circulante		Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)
4 <sup>a</sup>	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343
5 <sup>a</sup>	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	-	-
7 <sup>a</sup>	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358
8 <sup>a</sup>	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	697	697	160.000	(312)
8 <sup>a</sup>	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.563	7.563	160.000	17.770
				<b>263.341</b>	<b>113.626</b>	<b>376.967</b>	<b>586.675</b>	<b>111.159</b>
								<b>697.834</b>

### 14.2. Vencimento

Controladora e consolidado						
Vencimento a longo prazo	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures	247.348	208.233	272.465	252.599	160.000	<b>1.140.645</b>

### 14.3. Movimentação

	4 <sup>a</sup> Emissão	5 <sup>a</sup> Emissão	7 <sup>a</sup> Emissão	8 <sup>a</sup> Emissão		9 <sup>a</sup> emissão	Total
				Série 2	Série 2	Série 1	Série 2
Saldo em 31 de dezembro de 2020	380.681	116.899	231.503	160.385	185.333	-	-
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	180.000	320.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	(938)	(1.650)
Amortização de custos de transação	39	119	187	125	89	130	138
Apropriação de juros	12.087	3.296	6.741	2.166	5.071	3.073	5.794
Apropriação de variação monetária	16.917	3.848	10.359	-	7.591	-	-
Pagamento de debêntures	-	(80.016)	-	-	-	-	(80.016)
Pagamento de juros	-	(8.102)	(6.628)	(1.577)	(9.867)	-	(26.174)
Pagamento de variação monetária	-	(36.044)	-	-	-	-	(36.044)
Saldo em 30 de junho de 2021	409.724	-	242.162	161.099	188.217	182.265	324.282
							<b>1.507.749</b>

Em maio houve a liquidação da 5<sup>a</sup> emissão de debêntures série 2, com o pagamento de principal no valor de R\$ 80.016, pagamento de variação monetária e juros no montante de R\$ 44.146. Os pagamentos ocorreram em 14 e 24 de maio, respectivamente.

#### 14.4. Covenants financeiros

Considerando os últimos 12 meses, em relação ao período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme quadro abaixo:

Índice financeiro	Limites	30/06/2021
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	2,97
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,81
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,64

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis no site <https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores>.

#### 14.5. Captação da 9<sup>a</sup> emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2021 a Companhia captou R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9<sup>a</sup>. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de dezembro de 2020 e;
- iv. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

- i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 4<sup>a</sup> emissão da Companhia;
- ii. liquidação das debêntures da 5<sup>a</sup> emissão;
- iii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 7<sup>a</sup>. emissão.
- iv. reforço de capital de giro da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Para a 9ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobre taxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,65% para a série 2.

As demais informações relacionadas a debêntures estão descritas na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020

## 15. Provisões para riscos

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das provisões, contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

### 15.1. Provisões para riscos prováveis

#### 15.1.1. Composição

	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	9.642	(3.431)	6.211	6.568
Fiscais	19.883	(993)	18.890	18.790
Cíveis	2.235	(247)	1.988	1.726
Ambientais	10.149	(48)	10.101	9.657
	<b>41.909</b>	<b>(4.719)</b>	<b>37.190</b>	<b>36.741</b>

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	9.665	(3.442)	6.223	6.615
Fiscais	19.883	(993)	18.890	18.790
Cíveis	8.918	(247)	8.671	8.115
Desapropriações de terras	6.683	-	6.683	6.389
Indenizações de benfeitorias	2.235	(247)	1.988	1.726
Ambientais	10.149	(48)	<b>10.101</b>	<b>9.657</b>
	<b>48.615</b>	<b>(4.730)</b>	<b>43.885</b>	<b>43.177</b>

#### 15.1.2. Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
			Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.568	18.790	1.726	9.657	36.741
Provisões para riscos					
Provisões / (reversões)	(1.186)	22	167	-	(997)
Variações monetárias	682	105	100	401	1.288
	(504)	127	267	401	291
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(62)	(27)	(5)	(2)	(96)
(Adições)	(504)	-	-	-	(504)
Baixas	713	-	-	45	758
	147	(27)	(5)	43	158
Saldo em 30 de junho de 2021	6.211	18.890	1.988	10.101	37.190

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Total
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726	9.657	43.177
<b>Provisões para riscos</b>						
Provisões / (reversões)	(1.282)	22	-	167	-	(1.093)
Variações monetárias	686	105	-	100	401	1.292
Variações monetárias (*)	-	-	294	-	-	294
	(596)	127	294	267	401	493
<b>Depósitos judiciais</b>						
Variações monetárias	(64)	(27)	-	(5)	(2)	(98)
(Adições)	(510)	-	-	-	-	(510)
Baixas	778	-	-	-	45	823
	204	(27)	-	(5)	43	215
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>6.223</b>	<b>18.890</b>	<b>6.683</b>	<b>1.988</b>	<b>10.101</b>	<b>43.885</b>

(\*) Os valores representados como desapropriação de terras são contabilizados em contrapartida do imobilizado na linha de terrenos.

	Controladora					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Total
			Desapropriações de terras			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.194	18.182	1.771		5.991	38.138
<b>Provisões para riscos</b>						
Provisões / (reversões)	35	-	-	-	-	35
Variações monetárias	690	168	33		100	991
Acordos / pagamentos	(193)	-	-	-	-	(193)
	532	168	33		100	833
<b>Depósitos judiciais</b>						
Variações monetárias	(60)	(29)	14		-	(75)
(Adições)	(221)	-	-		-	(221)
Baixas	200	-	-		50	250
	(81)	(29)	14		50	(46)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>12.645</b>	<b>18.321</b>	<b>1.818</b>		<b>6.141</b>	<b>38.925</b>

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Total
			Desapropriações de terras			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	1.771		5.991	38.670
<b>Provisões para riscos</b>						
Provisões / (reversões)	(56)	-	-	-	-	(56)
Variações monetárias	721	168	33		100	1.022
Acordos / pagamentos	(198)	-	-	-	-	(198)
	467	168	33		100	768
<b>Depósitos judiciais</b>						
Variações monetárias	(63)	(29)	14		-	(78)
(Adições)	(276)	-	-		-	(276)
Baixas	214	-	-		50	264
	(125)	(29)	14		50	(90)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>13.068</b>	<b>18.321</b>	<b>1.818</b>		<b>6.141</b>	<b>39.348</b>

## 15.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	4.551	4.496	4.551	4.496
Fiscais	126.484	204.498	160.664	204.498
Ambientais	38.407	36.514	38.407	36.514
Regulatórias	130.403	136.950	130.403	136.950
Cíveis	6.006	3.182	32.002	27.394
	<b>305.851</b>	<b>385.640</b>	<b>366.027</b>	<b>409.852</b>

A principal variação das contingências fiscais decorre da reclassificação de risco de possível para remoto do Mandado de Segurança ajuizado pela Apine para discutir a criação da Taxa de utilização de recursos hídricos pelo estado do Paraná, diante da constitucionalidade da lei que criou a taxa.

## 16. Dividendos

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 30/06/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	267.047	(267.047)	-	-
Acionistas minoritários	11.819	(10.348)	(90)	1.381
	<b>278.866</b>	<b>(277.395)</b>	<b>(90)</b>	<b>1.381</b>

(\*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Conforme AGO realizada em 30 de abril de 2021, em 25 de junho ocorreu pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

## 17. Juros sobre o capital próprio

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 30/06/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	43.334	(43.334)	-	-
Acionistas não controladores	1.954	(1.678)	(46)	230
	<b>45.288</b>	<b>(45.012)</b>	<b>(46)</b>	<b>230</b>

(\*) Os juros sobre capital próprio reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Conforme AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, em 30 de março ocorreu pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia.

## 18. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A, que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

### 18.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Benefícios de curto prazo para administradores	979	1.945	979	1.908
Benefícios pós-emprego	41	82	34	63
Conselho fiscal	284	567	271	541
	<b>1.304</b>	<b>2.594</b>	<b>1.284</b>	<b>2.512</b>

### 18.2. Contras patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	1.175	1.462	1.175	1.462
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	441	422	514	492
	<b>1.616</b>	<b>1.884</b>	<b>1.689</b>	<b>1.954</b>

### 18.3. Resultado

	Controladora					
	01/01/2021 a 30/06/2021			01/01/2020 a 30/06/2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(6.936)	-	(6.936)	(8.403)	-	(8.403)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(2.685)	(2.685)	-	(2.569)	(2.569)
Rio Paranapanema Participações S.A.	3.132	-	3.132	1.934	-	1.934
	(3.804)	(2.685)	(6.489)	(6.469)	(2.569)	(9.038)

	Consolidado					
	01/01/2021 a 30/06/2021			01/01/2020 a 30/06/2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(6.936)	-	(6.936)	(8.403)	-	(8.403)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(3.130)	(3.130)	-	(2.995)	(2.995)
Rio Paranapanema Participações S.A.	3.132	-	3.132	1.934	-	1.934
	(3.804)	(3.130)	(6.934)	(6.469)	(2.995)	(9.464)

### 18.4. Garantias em operações comerciais

À medida em que clientes da Companhia necessitam de lastro de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações S.A. é a empresa que suporta essas operações.

O montante garantido em operações de comercialização pela Rio Paranapanema Participações S.A. em 30 de junho de 2021 é de R\$ 170.516 (R\$ 121.549 em 31 de dezembro de 2020).

A íntegra das informações sobre partes relacionadas estão descritas na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 19. Patrimônio líquido

### 19.1. Capital social subscrito e integralizado

Posição acionária em 30/06/2021 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferências	%	Total	%
<b>Acionistas</b>						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,07	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	-	-	801.100	1,27	801.100	0,85
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,93	2.499.150	3,97	2.796.186	2,96
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Posição acionária em 31/12/2020 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferências	%	Total	%
<b>Acionistas</b>						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	806.712	1,28	809.233	0,86
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,93	2.493.538	3,96	2.788.053	2,95
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

A íntegra das informações sobre patrimônio líquido está descrita na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 20. Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional bruta								
Contratos ACL	312.424	647.516	331.005	763.456	319.287	661.511	337.245	776.225
Mercado de curto prazo (MCP)	12.346	23.877	16.771	80.093	12.472	24.181	16.238	80.747
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	1.720	-	-	-	1.720	86	303
	324.770	673.113	347.776	843.549	331.759	687.412	353.569	857.275
Outras receitas								
Outras receitas	207	270	198	251	207	270	198	252
	207	270	198	251	207	270	198	252
Total receita operacional bruta	324.977	673.383	347.974	843.800	331.966	687.682	353.767	857.527
Deduções à receita operacional								
PIS e COFINS	(28.293)	(62.659)	(30.569)	(70.506)	(28.547)	(63.179)	(30.779)	(71.006)
ICMS	(11.165)	(21.012)	(9.013)	(18.343)	(11.165)	(21.012)	(9.013)	(18.343)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(2.829)	(5.905)	(2.937)	(7.228)	(2.829)	(5.905)	(2.937)	(7.228)
	(42.287)	(89.576)	(42.519)	(96.077)	(42.541)	(90.096)	(42.729)	(96.577)
Receita operacional líquida	282.690	583.807	305.455	747.723	289.425	597.586	311.038	760.950

A redução na receia líquida entre os períodos comparados está relacionada ao cenário hidrológico que, no 1º semestre de 2021, apresentou uma situação mais crítica do que o apresentado no 1º semestre de 2020 (no 1º trimestre de 2020, a Companhia obteve receitas adicionais relevantes de ACL e MCP em virtude da estratégia de sazonalização adotada e ter contado com o cenário de hidrologia mais favorável que o previsto).

A íntegra das informações sobre receita operacional líquida está descrita na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 21. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede

### 21.1. Energia elétrica comprada

	Controladora			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Contratos bilaterais	35.464	37.357	50.826	83.903
Mercado de curto prazo (MCP)	19.568	40.972	707	865
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	8.812	23.795	3.802	26.826
	63.844	102.124	55.335	111.594
	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Contratos bilaterais	35.463	37.358	50.826	83.903
Mercado de curto prazo (MCP)	20.283	42.202	1.138	1.578
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	10.036	25.085	3.936	26.959
	65.782	104.645	55.900	112.440

A redução no custo com energia elétrica comprada para revenda é reflexo da estratégia de sazonalização do volume de energia entre os períodos.

## 21.2. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Tust	30.860	62.136	30.009	60.019
Tusd	3.067	7.874	4.621	9.268
Encargos de conexão	39	78	49	98
	<b>33.966</b>	<b>70.088</b>	<b>34.679</b>	<b>69.385</b>

	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Tust	30.861	62.136	30.009	60.019
Tusd	3.228	8.132	4.755	9.535
Encargos de conexão	39	78	49	98
	<b>34.128</b>	<b>70.346</b>	<b>34.813</b>	<b>69.652</b>

A íntegra das informações a respeito dos encargos de uso da rede elétrica está descrita na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Receitas</b>								
Aplicações financeiras	4.203	7.972	8.656	19.680	4.375	8.278	8.930	20.298
Variações monetárias	1.786	8.236	725	1.569	1.790	8.243	748	1.603
Depósitos judiciais	576	993	725	1.564	580	1.000	748	1.598
Indenização socioambiental	-	-	-	5	-	-	-	5
Inadimplência CCEE	1.210	7.243	-	-	1.210	7.243	-	-
Outras receitas financeiras	(43)	171	426	600	(38)	180	440	641
	<b>5.946</b>	<b>16.379</b>	<b>9.807</b>	<b>21.849</b>	<b>6.127</b>	<b>16.701</b>	<b>10.118</b>	<b>22.542</b>
<b>Despesas</b>								
Juros sobre debêntures	(20.537)	(38.228)	(16.454)	(35.859)	(20.537)	(38.228)	(16.454)	(35.859)
Variações monetárias	(45.838)	(145.470)	(20.095)	(52.067)	(45.839)	(146.171)	(20.626)	(52.946)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(26.659)	(101.899)	(26.175)	(42.283)	(26.659)	(102.596)	(26.698)	(43.131)
Indenização socioambiental	(994)	(2.199)	(366)	(570)	(994)	(2.199)	(366)	(570)
Provisões para riscos	(533)	(1.288)	(277)	(991)	(534)	(1.292)	(285)	(1.022)
Tusd-g	(794)	(1.282)	(725)	(1.713)	(794)	(1.282)	(725)	(1.713)
Debêntures	(16.807)	(38.715)	7.547	(6.267)	(16.807)	(38.715)	7.547	(6.267)
Outras	(51)	(87)	(99)	(243)	(51)	(87)	(99)	(243)
Despesas plano de pensão	(1.523)	(3.047)	(1.045)	(2.091)	(1.523)	(3.047)	(1.045)	(2.091)
Outras despesas financeiras	(763)	(1.546)	(599)	(1.517)	(767)	(1.551)	(602)	(1.528)
	<b>(68.661)</b>	<b>(188.291)</b>	<b>(38.193)</b>	<b>(91.534)</b>	<b>(68.666)</b>	<b>(188.997)</b>	<b>(38.727)</b>	<b>(92.424)</b>
	<b>(62.715)</b>	<b>(171.912)</b>	<b>(28.386)</b>	<b>(69.685)</b>	<b>(62.539)</b>	<b>(172.296)</b>	<b>(28.609)</b>	<b>(69.882)</b>

O resultado financeiro teve aumento significativo, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão da atualização monetária referente às liminares da CCEE, especialmente à do GSF, que são indexadas pelo IGP-M além da variação monetária das debêntures quando comparado com a deflação observada no ano anterior.

## 23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora					
	30/06/2021			30/06/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		12.455				303.831
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(3.114)	(1.121)	(4.235)	(75.958)	(27.345)	(103.303)
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Amortização encargo credor inflacionário	1.130	(37)	1.093	1.130	(37)	1.093
Equivalência patrimonial de controlada	254	92	346	446	160	606
Incentivos fiscais	-	-	-	394	-	394
Amortização agio da Duke sudeste	8	3	11	9	3	12
Provisão liminar GSF	(332)	(120)	(452)	-	-	-
Outras adições permanentes, líquidas	(33)	(12)	(45)	(350)	(129)	(479)
<b>IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado</b>	<b>(2.087)</b>	<b>(1.195)</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(74.329)</b>	<b>(27.348)</b>	<b>(101.677)</b>
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	94.384	34.568	128.952
IRPJ e CSLL diferidos	2.087	1.195	3.282	(20.055)	(7.220)	(27.275)
<b>Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado</b>	<b>2.087</b>	<b>1.195</b>	<b>3.282</b>	<b>74.329</b>	<b>27.348</b>	<b>101.677</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>-16,8%</b>	<b>-9,6%</b>	<b>-26,3%</b>	<b>-24,5%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>-33,5%</b>

	Consolidado					
	30/06/2021			30/06/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		12.991				304.477
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(3.248)	(1.169)	(4.417)	(76.119)	(27.403)	(103.522)
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Amortização encargo credor inflacionário	1.130	(37)	1.093	1.130	(37)	1.093
Equivalência patrimonial de controlada	254	92	346	446	160	606
Incentivos fiscais	-	-	-	394	-	394
Amortização agio da Duke sudeste	8	3	11	9	3	12
Provisão liminar GSF	(332)	(120)	(452)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(219)	(135)	(354)	(275)	(152)	(427)
Outras adições permanentes, líquidas	(33)	(12)	(45)	(350)	(129)	(479)
<b>IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado</b>	<b>(2.440)</b>	<b>(1.378)</b>	<b>(3.818)</b>	<b>(74.765)</b>	<b>(27.558)</b>	<b>(102.323)</b>
IRPJ e CSLL correntes	353	183	536	94.820	34.778	129.598
IRPJ e CSLL diferidos	2.087	1.195	3.282	(20.055)	(7.220)	(27.275)
<b>Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado</b>	<b>2.440</b>	<b>1.378</b>	<b>3.818</b>	<b>74.765</b>	<b>27.558</b>	<b>102.323</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>-18,8%</b>	<b>-10,6%</b>	<b>-29,4%</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-33,6%</b>

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

No 1º trimestre a controladora realizou um acordo com a CCEE referente a liminar do GSF, e todos os efeitos desta liminar foram reconhecidos no período, por isso há uma movimentação significativa em seu resultado. Ademais, ocorreu a realização do diferido constituído para esta liminar, e em decorrência da relevância dos valores, a empresa apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no período.

## 24. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Numerador</b>				
<b>Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia</b>				
Preferenciais	2.934	6.115	41.114	134.769
Ordinários	1.467	3.058	20.557	67.385
	<b>4.401</b>	<b>9.173</b>	<b>61.671</b>	<b>202.154</b>
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>				
Preferenciais	0,04660	0,09714	0,65307	2,14071
Ordinários	0,04660	0,09714	0,65307	2,14071

## 25. Instrumentos financeiros

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para esse ITR.

### 25.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado		
			30/06/2021	Valor a mercado	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	115	115	107
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	330.982	330.982	1.110.143
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	962	962	807
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	120.106	120.106	842.470
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	59.518	59.518	60.359
			<b>511.683</b>	<b>511.683</b>	<b>2.013.886</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	465.622	465.622	2.094.232
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	33.026	33.026	34.837
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	1.689	1.689	1.954
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.507.749	1.520.531	1.074.801
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	230	230	45.288
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	1.381	1.381	278.866
			<b>2.009.697</b>	<b>2.022.479</b>	<b>3.529.978</b>
					<b>3.542.766</b>

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2020 e nem no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Também não há exposição a variações cambiais por operações em moeda estrangeira.

## 26. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades seus e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(\*) Não revisados pelos auditores independentes

A íntegra das informações relacionadas aos seguros está descrita na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

## 27. Transações não caixa

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	46.582	48.085
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15.837)	(16.349)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	2.480	1.669
Imposto diferido sobre plano de pensão	(843)	(567)
Inadimplência CCEE	596.919	-
Créditos Pis e Cofins extemporâneos máquinas e equipamentos	5.500	-
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	6.278

## 28. Compromissos

### 28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2027 e de compra até o ano de 2022.

## 29. Eventos subsequentes

### 29.1. Medida provisória 1.031/2021

Em 13 de julho, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.182/2021, proveniente da sanção parcial da MPV 1031/2021, acatando sugestões de veto dos Ministérios da Economia, Minas e Energia e da Advocacia Geral da União. Dentre as aprovações, o texto votado também incluiu os pleitos realizados pelos agentes no âmbito do recurso parcialmente pendente de votação na Aneel, qual seja, garantia da compensação a todos os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, incluídas aquelas classificadas como empreendimentos estruturantes e ratificação do direito previsto na REN 930/2021 sobre a consideração da integralidade da garantia física como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento da indenização. Com isso, a expectativa é de que a Aneel retome a homologação dos valores de indenização referente aos empreendimentos não afetados pela aprovação da lei nº 14.182/2021, calculados com base na REN 895/2020.

## 29.2. *Resolução 2.919/2021*

Em 12 de agosto de 2021 foi publicada a resolução 2.919/2021 da Aneel homologando a extensão do prazo de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores apurados da concessão da outorga. A homologação foi realizada conforme cálculos divulgados pela CCEE em março de 2021, baseados na REN 895/2020, contemplando as usinas que não foram afetadas pelas alterações trazidas pela lei 14.182/2021, que é o caso das usinas da Companhia. O impacto financeiro permanece divulgado na nota explicativa nº 1.3

## Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2021.

São Paulo, 11 de agosto de 2021.

**Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho // Rodrigo Teixeira Egreja**

Diretor Presidente e Diretor sem designação específica

## Membros da Administração

### Conselho de Administração

Jianqiang Zhao  
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos  
Membro Efetivo

José Renato Domingues  
Membro Efetivo

Monica Luling  
Membro Efetivo

Yujun Liu  
Membro Efetivo

Autair Carrer  
Membro Suplente

### Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli  
Conselheiro Suplente

Luis Antonio Esteves Noel  
Conselheiro Suplente

### Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho  
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

João Luis Campos da Rocha Calisto  
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Márcio José Peres  
Diretor Executivo de Operações

Rodrigo Teixeira Egreja  
Diretor Executivo Financeiro

Vitor Hugo Lazzareschi  
Diretor Executivo Comercial

Julyana Borges  
Contadora CRC - PR-063262-O/5